



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável - Sul de Minas - Pág.: 1



ADENDO AO PARECER JURÍDICO PROJU Nº 193645/2009	
Indexado ao(s) Processo(s) Nº: 1744/2004/001/2004 AI nº: 1829/2004	Indexado ao Parecer Técnico NUCOM: 806/2005
Tipo de processo:	
Licenciamento Ambiental () Auto de Infração (X)	

1. Identificação

Empreendimento (Razão Social) /Empreendedor (nome completo): POSTO NOVO RIO LTDA / MILTON FIGUEIRÔA FERNANDES	CNPJ / CPF: 18.935.742/0001-74
Empreendimento (Nome Fantasia) POSTO NOVO RIO LTDA	
Município: CARMO DA CACHOEIRA	
Atividade predominante: COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEL	
Código da DN e Parâmetro [Indicadores]	
Porte do Empreendimento	Potencial Poluidor
Pequeno () Médio (x) Grande ()	Pequeno () Médio () Grande ()
Classe do Empreendimento:3	
Auto de Infração – AI Nº 1829/2004	

2. Histórico

Advertências Emitidas Nº:	Multas Nº:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável - Sul de Minas - Pág.: 2

3.Introdução:

Tendo em vista a inexistência de decisão definitiva, no que diz respeito a aplicação da penalidade, correspondente a multa imposta através do Auto de Infração em epígrafe, retifica-se o disposto no Parecer Jurídico PROJU Nº 193645/2009, relativamente ao valor da multa fixado pelo cometimento das infrações seguinte: Art 19, §3º, item 2 do Decreto nº39.424/98

4 - Discussão

Em virtude da publicação do Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008 que revoga expressamente o Decreto nº 44.309/2006, necessária a adequação dos processos de fiscalização e aplicação de penalidades iniciados antes da publicação do vigente Decreto, nos termos dispostos no seu art. 96, *in verbis*:

"As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa."

Dessa forma, considerando o processo nº 1744/2004/001/2004, referente ao Auto de Infração nº 1829/2004, lavrado em face de POSTO NOVO RIO LTDA, por estar incurso no ato ilícito previsto no Art. 19, §3º, item 2, do Decreto nº39.424/98, com aplicação de multa no valor de R\$26.603,56.

Considerando ainda que o AI preenche os requisitos de legalidade previstos na legislação então vigente; que realizada a fiscalização, lavratura e o envio do Auto de Infração e retorno do A.R., a defesa foi protocolada tempestivamente; que não existe decisão administrativa definitiva neste processo após a publicação do Decreto nº 44.844, caso em que, prevalece a regra de transição disposta no art. 96, acima citado, cuja penalidade aplicada deverá ser a do atual Decreto (44.844/2008), desde que mais benéfica ao infrator.

Assim, considerando o valor da multa aplicada de R\$ 26.603,56 (vinte e seis mil seiscentos e três reais e cinquenta e seis centavos) e que, no atual Decreto (44.844/2008) a pena-base pelas mesmas infrações é de R\$20.001(vinte mil e um reais), bem como, que a agravante tipificada no Decreto anterior não foi recepcionada pelo atual, nos termos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável - Sul de Minas - Pág.: 3



dispostos no Código 116, do Anexo I, o valor da multa será de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais).

Diante do exposto, a conclusão do Parecer Jurídico PRO Nº 193645/2009 deverá ter a seguinte redação:

"A Unidade Regional Colegiada do Sul de Minas, indeferimento do pedido de reconsideração com a redução do valor da multa de R\$ 26.603,56 (vinte e seis mil seiscentos e três reais e cinquenta e seis centavos para R\$20.001(vinte mil e um reais)"

É o parecer.

Varginha, 16 de julho de 2009.

6. Data / Responsável

Data: 16/7/2009

Responsável(s):

Fabiano do Prado Olegário

De Acordo:

Cristiane Brant Veloso
Chefe do Núcleo Jurídico
SUPRAM Sul de Minas

Assinatura / Carimbo

SUPRAM - SUL DE MINAS
Fabiano do Prado Olegário
Técnico Jurídico
Matrícula: 1196863-1

SUPRAM - SUL DE MINAS
Cristiane Brant Veloso
Técnico Jurídico
Matrícula: 1197880-5